

stone

Pagar.me S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

Relatório da Administração

**Senhores Acionistas, Mensagem da Administração:** A Pagar.me S.A., sociedade anônima de capital fechado e integrante do Grupo StoneCo constituída em 18 de julho de 2013, tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos, podendo efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de Ativos:** Em 31 de dezembro de 2025, os ativos da companhia totalizaram R\$ 9.774 milhões, apresentando uma redução de 58,0% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 23.274 milhões. Essa redução foi ocasionada principalmente pela diminuição das obrigações vinculadas à sub-rogação, devido à transferência dos clientes da Pagar.me para a Stone Pagamentos. **Total de Passivos:** Em 31 de dezembro de 2025, os passivos da companhia totalizaram R\$ 7.976 milhões, apresentando uma redução de 65,6% em relação ao total de passivos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 23.162 milhões. Essa redução

foi ocasionada principalmente pelo resgate das aplicações financeiras do FIDC Tapso. **Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.798,5 milhões, representando um aumento de R\$ 1.686,8 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 111,7 milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: a) Aumento de capital de R\$ 1.600,0 milhões. **Resultado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia totalizou um prejuízo de R\$ 29,9 milhões, representando uma redução significativa de R\$ 118.484 milhões em relação ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que foi de R\$ 88.633 milhões. A redução observada no período é explicada, substancialmente, pela queda nas receitas, que passaram de R\$ 1.227,0 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 236,7 milhões em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, destacamos a redução no resultado financeiro quando comparado ao exercício anterior, contribuindo para a variação negativa no período.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024		Passivo	Nota	31/12/2024	
		2025	2024			2025	2024
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	160.189	388.652	Depósitos de clientes bancários	5.5	548.481	641.185
Aplicações financeiras	5.3	4.327.235	14.611.419	Contas a pagar a estabelecimentos	5.6	3.460.829	3.680.469
Ativos financeiros de soluções bancárias	5.5	548.481	641.185	Contas a pagar	10	270.000	11.014
Contas a receber	5.4	4.370.936	6.413.831	Obrigações vinculadas a sub-rogação	10	3.533.649	18.669.106
Despesas antecipadas	6	40.899	127.925	Empréstimo e financiamentos		28.127	21
Tributos a recuperar		35	1.384	Fornecedores		29.608	65.513
Outros créditos		112	775	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		12.679	10.963
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.447.887</b>	<b>22.185.171</b>	Obrigações tributárias	11	3.674	36.687
<b>Ativo não circulante</b>				Adiantamento de clientes		6.826	6.716
Contas a receber	5.4	3.658	111.571	Dividendos a pagar	13.5	-	842
Outros créditos		6.082	4.845	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>7.893.873</b>	<b>23.122.516</b>
Despesas antecipadas	6	112	7.128	<b>Passivo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	160.242	195.180	Contas a pagar a estabelecimentos	5.6	48.603	13.944
Imobilizado	8	131.818	743.728	Contas a pagar	10	15	12.683
Intangível	9	24.526	26.276	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.876	4.524
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>326.438</b>	<b>1.088.728</b>	Provisão para contingências	12	23.665	6.307
<b>Total do ativo</b>		<b>9.774.325</b>	<b>23.273.899</b>	Outros Passivos		1.787	2.223
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>81.946</b>	<b>39.681</b>

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>(29.851)</b>	<b>88.633</b>		
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado</b>		<b>111.487</b>	<b>49.840</b>		
Variação no contas a receber de credenciadores e partes relacionadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		168.921	75.515		
Efeito tributário sobre item acima		(57.434)	(25.675)		
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>81.636</b>	<b>138.473</b>		

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>					
<b>Prejuízo/Lucro do exercício</b>			(29.851)		88.633
<b>Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais</b>					
Depreciação e amortização	8/9	150.284	299.277		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(22.496)	(51.366)		
Receitas financeiras, líquidas		(751.357)	(1.804.534)		
Provisão para contingências	12	17.194	6.397		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5.4	26.652	32.093		
Ganho na baixa e alienação de bens		1.023.247	143.708		
Pagamento baseado em ações	17	9.708	14.477		
<b>Total</b>		<b>453.232</b>	<b>(1.359.948)</b>		
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber		2.307.020	(505.339)		
Tributos a recuperar		33.537	(38.817)		
Outros créditos		(574)	1.259		
Contas a receber de partes relacionadas		294.906	2.000.963		
Contas a pagar a estabelecimentos		74.005	281.439		
Despesas antecipadas		94.042	(39.091)		
Fornecedores		(36.107)	13.752		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		5.068	(38.701)		
Obrigações tributárias		(56.215)	127.208		
Adiantamento de clientes		110	(97)		
Pagamento de contingências		(6.204)	(7.220)		
Contas a pagar a partes relacionadas		(15.148.125)	2.392.830		
Outros passivos		27.669	(486)		
Juros pagos, líquidos		(423.562)	(1.450.183)		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.526)	(6.497)		
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(12.424.575)</b>	<b>1.459.705</b>		
<b>Atividades de investimento</b>					
Alienação (aportes) em aplicações financeiras, líquido	5.3	11.078.064	(1.006.803)		
Aquisição de imobilizado	8	(573.814)	(415.940)		
Venda de imobilizado		-	112.039		
Aquisição de ativos intangíveis	9	-	(58.309)		
<b>Caixa consumido pelas atividades de investimento</b>		<b>10.504.250</b>	<b>(1.369.013)</b>		
<b>Atividades de financiamento</b>					
Dividendos pagos		(842)	(13.391)		
Aumento de capital		1.600.000	-		
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>		<b>1.599.158</b>	<b>(13.391)</b>		
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(321.167)</b>	<b>77.301</b>		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.029.837	952.536		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa oriundo da incorporação		-	-		
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	708.670	1.029.837		
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(321.167)</b>	<b>77.301</b>		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Pagar.me S.A. ("Companhia" ou "Pagar.me"), sociedade anônima de capital fechado constituída em 18 de julho de 2013, possui sede na Avenida Rebouças, nº 2880, 2ª andar, sala 1, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-500. A Companhia é controlada diretamente pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos"), e tem como controladora final a StoneCo Ltd ("Grupo StoneCo"), companhia aberta com ações negociadas na NASDAQ sob o código STNE e sede nas Ilhas Cayman. A Companhia tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos. A Companhia também pode efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Logo, as principais receitas provêm do licenciamento da tecnologia, das taxas de desconto cobradas dos comerciantes e prestadores de serviço sobre as suas transações de venda, bem como das taxas de pré-pagamento. A Companhia analisa a situação patrimonial com base nos resultados consolidados do Grupo StoneCo, uma vez que as operações mais relevantes são entre partes relacionadas, classificadas em "Contas a pagar" no passivo (Nota 10). Como exemplo, pode-se mencionar as operações realizadas com o FIDC TAPSO, o qual compõe o Contas a pagar da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o Contas a receber de R\$ 4.374.593 (R\$ 6.525.402 em 31 de dezembro de 2024) estava maior em 67% em relação ao Contas a pagar a estabelecimentos de R\$ 3.509.432 (R\$ 3.694.413 em 31 de dezembro de 2024), mostrando liquidez nas operações. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada em Reunião de Diretoria em 18 de março de 2026.

**2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas contábeis ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis" IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia adotou, quando aplicável, todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de instrumentos financeiros e pagamentos baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível, teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e impostos diferidos. A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras. **2.1. Reapresentação:** As rubricas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo reapresentadas para refletir o reconhecimento do ajuste a valor justo sobre as contas a receber, reconhecido em outros resultados abrangentes, bem como os correspondentes efeitos tributários diferidos decorrentes desse ajuste, com reflexos nas rubricas de contas a receber, impostos diferidos e outros resultados abrangentes. Essa alteração visa adequar a apresentação contábil aos critérios de mensuração e comparabilidade adotados pela Companhia, permitindo a correta análise em relação às demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Balanco Patrimonial	Publicado	Reapresentação	Reapresentado
Contas a receber	6.723.996	6.413.831	310.165
Imposto de renda e contribuição social diferidos	89.724	195.180	(105.456)
Outros resultados abrangentes - Ajuste valor justo contas a receber	(56.705)	(338.743)	(282.038)
Outros resultados abrangentes - Imposto diferido sobre o contas a receber	37.844	115.173	77.329
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>Publicado</b>	<b>Reapresentação</b>	<b>Reapresentado</b>
Contas a receber	(533.466)	(505.339)	28.127
Tributos a recuperar	66.639	(38.817)	(105.456)
Obrigações tributárias	49.879	127.208	77.329

**3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. **3.1. Conversão em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua

moeda de apresentação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros da Companhia denominados em moedas estrangeiras. **3.2. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda-se vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • e caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.3. Novas normas e alterações de normas e interpretações:** 3.3.1. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: • CPC 02 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.3.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgados: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados sob uma de cinco categorias: operacionais, investimentos, financiamento, imposto sobre a renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão recentemente definidas, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias ("DFP") e nas notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional" e eliminando as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, existem alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. A Companhia está avaliando as alterações a serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras. **3.4. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações estão descritas a seguir: **3.4.1. Vida útil do Imobilizado e Intangível:** A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depre-

ciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. A Companhia avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizado e intangível e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **3.4.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. **3.4.3. Expectativa de vida útil dos clientes:** A Companhia estima a expectativa de vida de duas classes diferentes de estabelecimentos comerciais para reconhecer a amortização dos custos de obtenção e cumprimento de contratos com esses estabelecimentos. A estimativa é revista anualmente, e está relacionada com o tempo médio que se espera que os estabelecimentos efetuem transações com a Companhia, através da experiência observada no ciclo de vida dos clientes. O prazo de amortização dos custos de obtenção é de 15 meses.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**4.1. Políticas contábeis:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

Balanco	31/12/2025	31/12/2024
Contas correntes - moeda nacional	160.189	388.652
<b>Total</b>	<b>160.189</b>	<b>388.652</b>

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**5.1. Políticas contábeis:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **5.1.1. Ativos Financeiros:** **5.1.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados, ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPI e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPI são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

Pagar.me S.A.

os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descausamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. 5.1.1.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao VJR. 5.1.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem os outros ativos. 5.1.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia no VJORA incluem Contas a receber de credenciadores. 5.1.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem as condições de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui investimentos classificados nesta categoria. 5.1.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR: Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa. 5.1.1.3. Baixa: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir. 5.1.1.4. Perda por redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos financeiros: A Companhia reconhece perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. A Companhia aplica a abordagem simplificada para Contas a receber de clientes e partes relacionadas. Contas a receber são considerados ativos contratuais. 5.1.2. Passivos financeiros: 5.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes, e contas a pagar. 5.1.2.2. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: 5.1.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Essa categoria inclui outros passivos. 5.1.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes e Contas a pagar a partes relacionadas. 5.1.2.3. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado. 5.1.3. Valor justo de instrumentos financeiros: A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo. A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. 5.1.4. Classificação

de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 5.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 5.2.1. Mensuração das estimativas de perda de crédito esperada: 5.2.1.1. Contas a receber de emissores de cartões: Os valores a receber de adquirentes decorrem das transações realizadas pelos titulares de cartões de débito e crédito emitidos por instituições financeiras. Tais recebíveis são liquidados de acordo com regras específicas de cada produto, como transações de débito, crédito à vista ou crédito parcelado. Transações a débito e a crédito à vista são recebidas em alguns dias, ao passo que transações de crédito parcelado são recebidas ao longo do prazo de parcelamento. Um recebível representa o direito da Empresa a um valor de contraprestação incondicional, sendo necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja realizado pela contraparte. No caso de uma subadquirente, seu recebível advém de uma adquirente/credenciadora, que recebe os valores das transações diretamente dos emissores de cartões e os repassa à subadquirente. 5.2.1.2. Contas a receber de clientes: Para Contas a receber de clientes, as taxas de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa utilizadas pela Companhia são baseadas em dias de atraso para grupos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (por exemplo, agrupamentos por tipo de produto, tipo de cliente e classificação e cobertura por cartas de crédito e outras formas de seguro de crédito). As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são inicialmente baseadas nas taxas históricas de inadimplência observadas pela Companhia. A Companhia faz uma calibração entre a experiência histórica de perda de crédito e as informações prospectivas a cada ano. Por exemplo, se há previsão de deterioração das condições econômicas previstas (por exemplo, redução do Produto Interno Bruto – PIB) no próximo ano, o que pode levar a um aumento da inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data-base, o histórico das taxas de inadimplência observadas é atualizado e as alterações nas estimativas futuras são analisadas. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. As informações sobre as provisões para perdas de crédito esperadas de Contas a receber de emissores de cartão e Contas a receber de clientes são divulgadas na nota 5.4. 5.2.2. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

5.3. Aplicações Financeiras

Table with 2 columns: Cotas FIDC TAPSO, Total. Rows for 31/12/2025 and 31/12/2024.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") denominado FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. A movimentação das aplicações financeiras segue a seguir:

Table with 4 columns: Saldo em 1º de janeiro, Aporte, Resgate de cotas, Ganho com valorização das cotas do FIDC TAPSO. Rows for 31/12/2025 and 31/12/2024.

Saldo em 31 de dezembro: O FIDC TAPSO pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladoras (99,9% em 31 de dezembro de 2024), sendo que em 31 de dezembro de 2025, Pagar.me detém 11,8% e as outras controladas possuem 88,2%. O FIDC deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as normas adotadas no Brasil. O FIDC possui um prazo de vigência total de 20 anos. Entretanto, devido às amortizações das quotas serem realizadas dentro de um período de até 12 meses, o investimento é classificado como ativo circulante.

5.4. Contas a Receber

Table with 4 columns: Contas a Receber de credenciadores partes relacionadas (a), Contas a Receber de outros credenciadores (b), Contas a Receber de clientes, Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (c), Total, Circulante, Não circulante. Rows for 31/12/2025 (Reapresentado) and 31/12/2024.

a) A Companhia elegeu reconhecer as Contas a receber de partes relacionadas a seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mudança no valor justo das Contas a receber de partes relacionadas foi de R\$ 154.758 (R\$ 59.981 em 31 de dezembro de 2024). b) A Companhia elegeu reconhecer as Contas a receber de credenciadores a seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mudança no valor justo das Contas a receber de credenciadores que não são partes relacionadas foi de R\$ 14.163 (R\$ 15.535 em 31 de dezembro de 2024). c) A Companhia, além de obedecer a critérios e políticas das bandeiras para credenciamento, tem política específica definindo diretrizes e procedimentos para o processo de credenciamento e manutenção dos estabelecimentos. Para as perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia efetua, basicamente, provisão integral dos recebíveis de gateway e chargeback dos estabelecimentos inadimplentes. A movimentação do saldo de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é assim apresentada:

Table with 4 columns: Saldo em 1 de janeiro, Constituição, Reversão, Saldo em 31 de dezembro. Rows for 31/12/2025 and 31/12/2024.

5.5. Ativos financeiros de soluções bancárias e depósitos de clientes bancários: Os ativos financeiros relacionados à solução bancária eram mantidos pela Companhia em contas de custódia no Banco Central do Brasil ("BACEN") ou aplicados em Títulos do Tesouro Nacional, em conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis às instituições supervisionadas pelo BACEN, com o objetivo de garantir os depósitos dos clientes bancários. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esses depósitos passaram a ser realizados pela Stone Instituição de Pagamento S.A., por meio de conta corrente Stone devida pela Pagar.me deixando, portanto, de ser efetuados diretamente pela Companhia e estão apresentados de forma segregada no balanço patrimonial na rubrica "Ativos financeiros de soluções bancárias". 5.6. Contas a pagar a estabelecimentos: Valores devidos aos estabelecimentos credenciados ao sistema Pagar.me, referentes às transações com cartões de crédito e débito, líquido das taxas cobradas pelos credenciadores e pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o montante é de R\$ 3.509.432, sendo R\$ 3.460.829 no passivo circulante e R\$ 48.603 no não circulante (R\$ 3.694.413 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 3.680.469 no passivo circulante e R\$ 13.944 no passivo não circulante. 5.7. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e gerenciamento de capital. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento da tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, preparada pela área de gestão integrada de riscos e aprovada pelo Comitê de Riscos. A área de gestão integrada de riscos identifica e avalia tais riscos para que o departamento da tesouraria Global proteja a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento de tesouraria executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Comitê Interno de Riscos estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, gerenciamento de capital, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de controles calçados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados as melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas: 5.7.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. 5.7.2. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a flutuações de valores de mercado de posição detidas pela Companhia. O departamento da tesouraria gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades da Companhia. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras são discutidos abaixo. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, aplicações financeiras, empréstimos e financiamento. Risco de taxa de juros: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descausamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. As aplicações financeiras e os Empréstimos e financiamentos são contratados em reais estão expostas principalmente à variação da

taxa de juros CDI. Risco cambial: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio. Pelo fato de a Companhia ter todas suas operações denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. Análise de sensibilidade: O gerenciamento de riscos de mercado é realizado para o Grupo StoneCo, considerando métricas calculadas de forma consolidada para todas as entidades. Deste modo, a exposição a riscos de mercado não é gerida de maneira segregada por entidade. 5.7.3. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela equipe de Finanças. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela equipe de tesouraria, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões de risco mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantém aplicações financeiras de R\$ 160.189 que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Table with 3 columns: Menos de um ano, Entre 1 e 2 anos. Rows for Em 31 de dezembro de 2025 and Em 31 de dezembro de 2024.

Table with 4 columns: Custo amortizado, VJR, VJORA, Total. Rows for Em 31 de dezembro de 2025 and Em 31 de dezembro de 2024.

5.8. Instrumentos financeiros por categoria: 5.8.1. Ativos conforme o balanço patrimonial

Table with 4 columns: Custo amortizado, VJR, VJORA, Total. Rows for Em 31 de dezembro de 2025 and Em 31 de dezembro de 2024.

Table with 4 columns: Custo amortizado, VJR, VJORA, Total. Rows for Em 31 de dezembro de 2024.

5.8.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Table with 4 columns: Custo amortizado, VJR, VJORA, Total. Rows for Em 31 de dezembro de 2025 and Em 31 de dezembro de 2024.

Table with 4 columns: Custo amortizado, VJR, VJORA, Total. Rows for Em 31 de dezembro de 2024.

5.9. Estimativa do valor justo: Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia das quais instrumentos financeiros cujo valor contábil é razoavelmente diferente de seu valor justo:

Table with 4 columns: Valor contábil, Valor Justo, Valor contábil, Valor Justo. Rows for 31/12/2025 and 31/12/2024.

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por nível de hierarquia de valor justo:

Table with 4 columns: Valor Justo, Nível de Hierarquia, Valor Justo, Nível de Hierarquia. Rows for Ativos financeiros and Passivos financeiros.

(a) As aplicações financeiras são classificadas como nível I, determinando valor justo por meio de técnicas de avaliação, as quais utilizam dados observáveis do mercado. (b) Para o contas a receber, o valor justo é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando taxas de mercado para itens similares. (c) Para o valor de outros passivos mensurados como valor justo, são classificados como nível III, uma vez que não há dados de mercado para mensuração. 5.10. Compensação de instrumentos financeiros: Os saldos de ativos e passivos financeiros são compensados (ou seja, apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor líquido) somente se a Companhia atualmente possuir o direito de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

6.1. Políticas contábeis: Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem, mas não estão limitadas a licenças pré-pagas de software, determinados serviços de consultoria e prêmios de seguro, todos pagos antecipadamente ao seu efetivo consumo. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é debitado ao resultado ao longo do tempo em que os benefícios econômicos associados ao pagamento antecipado fluem para a entidade. 6.2. Saldos em RS: As despesas antecipadas referem-se principalmente a comissões relacionadas ao custo de obtenção de contratos, no montante de R\$ 39.803 (R\$ 130.184 em 31 de dezembro de 2024) e adiantamentos a terceiros e funcionários, no montante de R\$ 1.208 (R\$ 4.869 em 31 de dezembro de 2024), totalizando um montante de R\$ 41.011 (R\$ 135.053 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 40.899 no ativo circulante (R\$ 127.925 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 112 no ativo não circulante (R\$ 1.28 em 31 de dezembro de 2024).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

7.1. Políticas contábeis: 7.1.1. Impostos correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos pelo imposto de renda ("IRPJ"), que é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente ao valor estabelecido pelas autoridades fiscais, e pela contribuição social ("CSLL"), calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A Lei Complementar nº 224/2025, promulgada em 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre o aumento das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicáveis a determinadas instituições financeiras. Nos termos dessa lei, a alíquota da CSLL aplicável às instituições de pagamento (IP) será majorada de 9% para 12% no período de 1º de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027, e para 15% a partir de 1º de janeiro de 2028. 7.1.1.2. Impostos Diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



Pagarme S.A.		31/12/2025	31/12/2024		
<b>Passivos</b>					
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		(3.533.649)	(18.670.120)		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		-	-		
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador direto)		(270.000)	(10.000)		
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)		-	(10.690)		
MNT S.A. (controlador direto comum)		-	(220)		
Link Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)		-	(270)		
BUV4 Processamento de Pagamento S.A. (controlador final comum)		-	(136)		
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)		-	(1.339)		
Obvio Brasil Software e Serviços S.A. (controlador final comum)		-	-		
Tag Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)		-	-		
Vita Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)		-	(2)		
Vita Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)		(15)	(26)		
<b>Contas a pagar</b>		<b>(3.803.664)</b>	<b>(18.692.803)</b>		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		-	842		
<b>Dividendos a pagar</b>		<b>-</b>	<b>842</b>		
<b>Recitas</b>		<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>		
Stone Sociedade de Crédito Direto SA. (controlador final comum)		-	11		
<b>Recitas</b>		<b>-</b>	<b>11</b>		
<b>Despesas</b>		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2024</b>		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		(423.562)	(1.560.834)		
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)		-	(9.659)		
<b>Despesas</b>		<b>(423.562)</b>	<b>(1.570.493)</b>		
<p>Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir: As principais operações com partes relacionadas foram: • Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se a depósitos em conta de pagamento de livre movimentação na Stone. • Contas a receber: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se substancialmente a direitos originados em transações com cartões de débito e crédito, que foram processados através da Stone Pagamentos. • A atividade da Stone Pagamentos consiste na prestação de serviço de adquirencia e aluguel de equipamentos a estabelecimentos comerciais e é o principal credenciador utilizado pela Pagarme. • Contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo está composto substancialmente pelas operações de antecipações realizadas com o FIDC TAPSO. • Despesas: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes estão compostos substancialmente pela taxa cobrada pela Stone para antecipação de recebíveis. Além disso, a Stone cobra uma taxa de desconto sobre as transações de cartão de débito e crédito, que é considerada como um redutor da receita de vendas da Companhia. Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Pagarme não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.</p>					
<b>11 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>					
		<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>		
Pis e Cofins		2.250	20.389		
IRPJ e CSLL		-	13.526		
Impostos de terceiros retidos na fonte		1.006	976		
ISS		418	1.796		
<b>Total</b>		<b>3.674</b>	<b>36.687</b>		
<b>12 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS</b>					
<p><b>12.1. Políticas contábeis:</b> As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando, e apenas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Caso existam várias obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos para liquidação é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo, mesmo que a probabilidade de saída para um item específico incluído na mesma classe possa ser pequena. Portanto, uma provisão é reconhecida ainda que a probabilidade de saída de recursos em relação a qualquer item individual seja baixa. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente ao final do período de reporte e são registradas ao valor presente, utilizando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação, sempre que o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como Despesas financeiras líquidas. Quando a Companhia espera que parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a probabilidade de recebimento seja significativamente alta. A despesa relativa à provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso, se aplicável. <b>12.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:</b> As perdas possíveis são baseadas nos custos históricos reais em suas respectivas instâncias judiciais para casos semelhantes. Em geral, após a decisão final, as perdas reais representam uma fração do valor total pleiteado. Para perdas prováveis, processos individualmente materiais de natureza semelhante, como uma carteira ou portfólio, são mensurados e agrupados, sendo constituída provisão para cobrir as perdas com base na média de perdas dos últimos 12 meses para esses tipos de ações. Para perdas individualmente materiais ou de natureza não repetitiva, a companhia continua a avaliar a probabilidade e o montante das perdas consideradas prováveis caso a caso. <b>12.3. Movimentações:</b> A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui provisão para contingências relativas a riscos cíveis, tributários e trabalhistas, como segue:</p>					
		<b>Cível</b>	<b>Tributário</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>4.853</b>	<b>2.039</b>	<b>238</b>	<b>7.130</b>
Adições		11.032	-	807	11.839
Reversões		(3.740)	(2.088)	(382)	(6.210)
Juros		573	174	21	768
Pagamentos		(7.220)	-	-	(7.220)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>5.498</b>	<b>125</b>	<b>684</b>	<b>6.307</b>
Adições		9.768	11.116	1.717	22.601
Reversões		(4.317)	(586)	(504)	(5,407)
Juros		772	5.439	157	6.368
Pagamentos		(6.119)	-	(85)	(6.204)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>5.602</b>	<b>16.094</b>	<b>1.969</b>	<b>23.665</b>
<p>A Pagarme é parte em diversas ações judiciais, cíveis, tributárias e trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Neste sentido, as demandas judiciais de natureza cível se relacionam substancialmente às principais frentes de atuação da Pagarme, quais sejam (i) adquirencia, no montante de R\$ 4.909 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.652 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) banking, no montante de R\$ 672 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2024). No que tange às demandas judiciais de natureza trabalhista, o Pagarme é constantemente acionada em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pelo Pagarme. Nessas respectivas ações são encontrados dois perfis recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras. <b>Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:</b> A Companhia possui ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:</p>					
		<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>		
Cíveis		757	1.967		
Tributárias		21.847	21.528		
<b>Total</b>		<b>22.604</b>	<b>23.495</b>		
<p>A Pagarme é parte em ações judiciais de natureza não semelhante e recorrente, cíveis e tributárias, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam à principal frente de atuação do Pagarme, qual seja adquirencia, no montante de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 429 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício de 2022, a Companhia é parte em autos de infração emitidos por autoridades fiscais e federais relativos a pagamentos alegadamente insuficientes de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado das ações é de R\$ 21.847 (R\$ 21.528 em 31 de dezembro de 2024). Os processos, classificados como perdas possíveis, estão sendo contestados na esfera administrativa e judicial.</p>					
<b>13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<p><b>13.1. Capital social:</b> O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 1.734.276 representado por 890.531.248 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 29 de setembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital social no montante total de R\$ 1.600.000, aumentando o capital social para R\$ 1.734.276. Esse aumento foi realizado mediante a emissão de 768.528.748 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. <b>13.2. Reserva de capital:</b> No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Pagarme constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 5.168 (R\$ 14.477 em 2024) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 17). <b>13.3. Reserva legal:</b> Nos termos do artigo 193 da Lei da S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a Pagarme deve destinar para a reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido. Esta reserva não pode exceder a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceder a 30% do capital social, a destinação do lucro líquido para reserva legal não será obrigatória. Em 31 de dezembro de 2025, a Pagarme não constituiu reserva legal (R\$ 4.432 em 2024). <b>13.4. Reserva de investimentos:</b> A reserva de investimentos foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações com o objetivo de garantir recursos para pagamento de dividendos, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a Pagarme não constituiu reserva de lucro (R\$ 83.359 em 2024). <b>13.5. Dividendos:</b> O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a, no mínimo,</p>					
		<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		-	1.026.427		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>-</b>	<b>1.026.427</b>		
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)		4.189.164	6.263.577		
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)		3.605	-		
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlador final comum)		8	-		
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)		-	30		
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador final comum)		1	1		
Outros		45	42		
<b>Contas a receber</b>		<b>4.192.822</b>	<b>6.263.651</b>		

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Pagar.me não constituiu dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 842 em 2024).

#### 14 RECEITA DE VENDAS, LÍQUIDA

**14.1. Políticas contábeis: 14.1.1. Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: • identificação dos contratos com o cliente; • identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; • determinação do preço da transação; • alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e • reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita dos seguintes itens: **14.1.1.1. Receita de transações e de outros serviços:** As principais obrigações de desempenho da Companhia são fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas com cartões de crédito, débito e refeitão, bem como taxas por outros serviços. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (por exemplo, número de transações de pagamento processadas). Dessa forma, o total de contraprestação recebida pelos serviços fornecidos aos clientes é variável, apesar do preço de cada transação ser especificado contratualmente. A Companhia reconhece a receita de transações em um momento específico no tempo considerando o direito contratual de faturar seus clientes por cada transação processada. A taxa de adesão dos clientes é cobrada de uma só vez para produtos específicos para os quais não há cobrança de taxa recorrente pelo uso de Pin Pads e POS. A receita da Companhia é reconhecida em um momento específico do tempo. A receita de transações é reconhecida líquida de taxas retidas pelos emissores de cartão e taxas de assessoramento pagas às bandeiras no arranjo de pagamentos. A Companhia não assume os riscos e benefícios significativos dos serviços de autorização, processamento e liquidação prestados pelas bandeiras e emissores de cartões, sendo um agente nesses serviços da seguinte forma: • A Companhia facilita a aquisição de informações de pagamento e gestão da relação com o cliente e não é o principal responsável pela autorização, processamento e serviços de liquidação realizados pelas redes do sistema de pagamentos e emissores de cartões; • A Companhia não tem liberdade para estabelecer as taxas de avaliação e intercâmbio, que são aplicadas pelos emissores de cartão e bandeiras. A Companhia geralmente tem o direito de aumentar sua taxa de desconto ao cliente para proteger sua comissão líquida; • A Companhia não cobra a taxa de intercâmbio, que é retida pelo emissor do cartão no momento do pagamento ao credenciador, e efetivamente atua como um intermediador entre o credenciador e o lojista; • A Companhia não assume risco de crédito do titular do cartão (ou seja, cliente do cliente); • A operação de aquisição observa um conjunto de salvaguardas que protegem os participantes dos arranjos de pagamento, como é o caso da contribuição de garantias dos participantes, no contexto da materialização de um evento de risco. Os credenciadores são qualificados pelas redes do sistema de pagamentos. Os recebíveis podem ser considerados como garantidos pelos procedimentos de liquidação impostos pelas bandeiras aos integrantes do sistema. Como tal, a exposição da Companhia ao risco de crédito é geralmente baixa. Outros serviços compreendem principalmente: • Tarifa cobrada de clientes por serviços relacionados a volumes de recebimentos bancários (transferências recebidas em produtos TED, Pix e boleto) e volumes de saques (transferências feitas em produtos como saídas de Pix, transferências eletrônicas, pagamentos de contas, boletos pagos, saques, recargas e outras transações). A receita é reconhecida na data de cada transação. • Serviços de assinatura para oferta de plataforma de banco digital, vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Os serviços de assinatura da Companhia podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços prestados. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa mensal fixa e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo à medida que o controle é transferido para o cliente, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidos para o cliente (sobre o prazo da transação relacionada e do contrato de processamento). **14.1.1.2. Custos para obter e para cumprir contratos com clientes:** A Companhia incorre em determinados custos para obter e para cumprir contratos com clientes, os quais são capitalizados no início da transação para novos contratos de clientes. Para clientes recorrentes, estes custos não são capitalizados. Os custos compreendem principalmente comissões pagas a vendedores para obter contratos com clientes e custos logísticos para cumprir contratos com clientes. O ativo reconhecido é amortizado linearmente ao longo da vida esperada dos clientes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um valor contábil de R\$ 39.803 (R\$ 130.184 em 31 de dezembro de 2024) reconhecido em Despesas antecipadas e de R\$ 4.852 (R\$ 415 em 31 de dezembro de 2024) referente a amortização reconhecida na demonstração dos resultados. **14.1.1.3. Impostos sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (a) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços

não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. (b) Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Alíquota - % Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% - 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% - 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,00% - 5,00%	-
(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 14) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 14) contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais.		

#### 14.2. Saldos em R\$

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de captura, processamento e liquidação de transações - débito e crédito	198.506	1.021.737
Outras receitas de serviços	75.187	338.436
Impostos sobre serviços	(36.979)	(133.140)
<b>Total</b>	<b>236.714</b>	<b>1.227.033</b>
Momento do reconhecimento da receita reconhecida em um momento específico	236.714	1.227.033
<b>Total</b>	<b>236.714</b>	<b>1.227.033</b>

#### 15 DESPESAS POR NATUREZA

##### 15.1. Custos e despesas

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(150.284)	(299.278)
Captura e processamento	(237.991)	(385.514)
Perdas na operação de cartões	(75.016)	(144.535)
Pessoal	(76.513)	(163.682)
Marketing e vendas	(59.281)	(412.455)
Reversão (constituição) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	11	1.728
Reversão (constituição) de provisões para contingências	(8.012)	910
Serviços de terceiros	(9.938)	(6.802)
Outras receitas (despesas) diversas	(13.446)	(51.711)
<b>Total</b>	<b>(621.912)</b>	<b>(1.461.339)</b>

#### 16 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações em cotas (a)	756.924	1.781.836
Rendimentos de aplicações financeiras	21	19.792
Ganhos com variações monetárias e cambiais	808	2.771
Outras receitas financeiras	174	326
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis	-	11
<b>Despesas financeiras</b>		
Perda com variações monetárias e cambiais	(152)	(222)
Juros sobre antecipação/cessão de recebíveis (b)	(423.562)	(1.450.183)
Outras despesas financeiras	(9.928)	(999)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(433.642)</b>	<b>(1.451.404)</b>
	<b>324.285</b>	<b>353.332</b>

a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R\$36.956 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024 - R\$ 88.002). b) Despesa financeira gerada na antecipação de recebíveis de vendas parceladas com os credenciadores.

#### 17 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas. **17.1. Benefícios a empregados: 17.1.2. Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. **17.1.3. Remuneração com base em ações:** A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseadas em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços. **17.1.3.1. Transações liquidadas em ações:** As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da entrega e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") e o valor de mercado do instrumento na data da entrega. Para opções e Performance Shares Units ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. **17.1.4. Participação nos lucros e gratificações anuais:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **17.1.5. Restricted Shares Units ("RSUs"):** A Companhia outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguido regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. Em 2025, foram outorgadas 59.099 novas RSUs, com preço médio de R\$ 62,34 e período de aquisição entre 2 e 4 anos. Em 31 de dezembro de 2025 não havia RSUs a serem emitidas para os beneficiários. **17.1.6. Performance Shares Units ("PSUs"):** Em 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total de Desempenho não por atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,35% a 4,51% de acordo com a curva a termo SOFR de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 65,45% a 77,88% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de dezembro de 2025 não havia PSUs a serem emitidas para os beneficiários. As movimentações ocorridas em 2024 e 2025 de RSUs, PSUs são apresentadas abaixo:

	RSU	PSU	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.108.201</b>	<b>584.698</b>	<b>1.692.899</b>
Outorgadas	200.752	3.371	204.123
Emittidas	(98.723)	-	(98.723)
Transferências entre empresas da Companhia	(859.132)	(304.482)	(1.163.614)
Canceladas	(69.732)	(199.631)	(269.363)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>281.366</b>	<b>83.956</b>	<b>365.322</b>
Outorgadas	59.099	7.638	66.737
Emittidas	(88.459)	-	(88.459)
Transferências entre empresas do grupo (a)	15.295	64.286	79.581
Canceladas	(65.185)	(67.418)	(132.603)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>202.116</b>	<b>88.462</b>	<b>290.578</b>

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida provisão em Despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 9.708 (R\$ 17.430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

A Diretoria

Camila Del Poente - Contadora CRC 1SP 290.887/0-8

Aos Acionistas e Diretoria da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. | São Paulo-SP  
**Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14.1.1.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve os critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento da receita da taxa de adesão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram reconhecidas receitas de taxa de adesão nos montantes de R\$ 11.186 mil e R\$ 271.741 mil, respectivamente, contabilizadas integralmente no momento da adesão dos clientes. Conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, as receitas devem ser reconhecidas quando a obrigação de performance é cumprida. De acordo com as obrigações contratuais que a Companhia assume com o cliente, a receita deveria ser reconhecida ao longo do tempo e não no momento da assinatura do contrato. Considerando os efeitos do reconhecimento da receita pelo diferimento ao longo do tempo, líquido dos efeitos tributários, em 31 de dezembro de 2025, o passivo estava subavaliado em R\$ 6.489 mil (R\$ 149.716 em 31 de dezembro de 2024), o ativo estava subavaliado em R\$ 3.943 mil (R\$ 57.375 mil em 31 de dezembro de 2024), o prejuízo do exercício estava subavaliado em R\$ 2.546 mil (o lucro líquido estava superavaliado em R\$ 92.346 em 31 de dezembro de 2024). **Ênfase - Representação dos valores correspondentes:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, em decorrência de correções relacionadas ao ajuste a valor justo das contas a receber de credenciadores, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião com ressalva não contém modificação relacionada a esse assunto. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código

#### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, de acordo com as obrigações contratuais que a Companhia assume com o cliente, a receita de taxa de adesão deveria ser reconhecida ao longo do tempo e não no momento da assinatura do contrato. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.  
**ERNST & YOUNG** Auditores Independentes S/S Ltda. Fabricio Aparecido Pimenta Contador CRC 1SP 241.659/0-9

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

